

CONVICON - CONTÊINERES DE VILA DO CONDE S.A.

(Companhia fechada) CNPJ nº 06.013.760/0001-10

Relatório da Administração					
Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras da Convicon - Contêineres de Vila do Conde S.A. ("Companhia") relativas ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2025. A Companhia tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres de Vila do Conde, no município de Barcarena, no Estado do Pará, desde maio de 2005.					
Balanco Patrimonial para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024					
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)					
	Nota explicativa	31.12.2025	31.12.2024		Nota explicativa
Ativos				Passivos e Patrimônio Líquido	
Circulantes				Circulantes	
Caixa e equivalentes de caixa	5	32.767	722	Debêntures	8
Contas a receber	6	27.360	25.117	Fornecedores	9
Estoques		7.221	6.433	Salários e obrigações sociais	
Tributos a recuperar		4.936	6.015	Impostos e taxas	
Instrumentos financeiros derivativos	19.a)	616	315	Imposto de renda e contribuição social a pagar	
Outros ativos		1.055	875	Dividendos a pagar	4.e)
Total dos ativos circulantes		73.955	39.477	Arrendamento mercantil	11
				Outros passivos	
				Total dos passivos circulantes	
Não Circulantes				Não Circulantes	
Depósitos judiciais	10	1.070	3.405	Debêntures	8
Ativo fiscal diferido	16.b)	1.362	1.848	Provisão para riscos tributários, trabalhistas e civeis	10
Outros ativos		3	2	Passivos atuariais - assistência médica complementar	18
Instrumentos financeiros derivativos	19.a)	2.025	1.339	Arrendamento mercantil	11
Imobilizado	7	252.150	242.289	Total dos passivos não circulantes	
Intangível		619	630	Patrimônio Líquido	
Total dos ativos não circulantes		257.229	249.513	Capital social	12.a)
				Reserva de capital	12.b)
				Reserva de lucros	12.c)
				Adiantamento para futuro aumento de capital	
				Ajuste de avaliação patrimonial	12.e)
				Total do patrimônio líquido	
				Total dos Passivos e do Patrimônio Líquido	
	</				

CONVICON - CONTEÍNERES DE VILA DO CONDE S.A.

(Companhia fechada) CNPJ nº 06.013.760/0001-10

→ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025

execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio que não tenha vida útil definida, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. Para fins de análise de *impairment* foi definida como unidade geradora de caixa o terminal portuário do Tecon Vila do Conde firmado junto à Companhia Docas do Pará - CDP. A base para avaliação e testes anuais é 31 de dezembro. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. i) Benefícios a empregados: **Benefícios de término de vínculo empregatício:** Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como despesa quando estão comprovadamente comprometidos, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou proveer benefícios de término de vínculo empregatício devido a uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso tenha sido feita uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data de apresentação das demonstrações financeiras, eles são descontados a seus valores presentes. **Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago relativo aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em virtude de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação puder ser estimada de maneira confiável. **Assistência médica complementar:** Os gastos com o plano de assistência médica na aposentadoria são reconhecidos pelo Método da Unidade de Crédito Projetada com base em avaliação atuarial realizada anualmente nas datas de apresentação das demonstrações financeiras. O custo de serviços passados é amortizado pelo método linear pelo período médio até que os benefícios tenham sido adquiridos. A obrigação com benefícios de assistência médica reconhecida no balanço patrimonial representa o valor presente da obrigação com os benefícios definidos, ajustada por ganhos e perdas atuariais e pelo custo dos serviços passados, conforme nota explicativa nº 18. j) Provisões: Uma provisão é reconhecida, em virtude de um evento passado, se houver uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e for provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação, conforme avaliação de risco dos assessores legais da Companhia. k) Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras, que são reconhecidas no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são reconhecidos no resultado por meio do método da taxa efetiva de juros. l) Subvenção governamental: Em 2024, a Companhia ingressou com o Incentivo Fiscal da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM"). A SUDAM é um incentivo fiscal concedido à pessoa jurídica proprietária de um projeto de desenvolvimento de infraestrutura que promova o desenvolvimento econômico, além de estar plenamente estabelecida nos estados abrangidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (incluindo o estado do Pará). Esse benefício proporciona uma redução de 75% do imposto de renda por um período de 10 anos e é regulamentado pelo Decreto 4.212/2002. A Companhia possui o incentivo fiscal no qual o benefício concede redução de 75% do imposto de renda, com fruição de 10 anos, se beneficiando da subvenção governamental. m) Imposto de renda e contribuição social: Os valores desses tributos do exercício, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 para o imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável. O imposto corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas nas datas de apresentação das demonstrações financeiras, e qualquer ajuste nos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação aos prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, com base nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até as datas de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes e eles se relacionem a imposto de renda lançado pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. O imposto de renda referente ao incentivo fiscal da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia ("SUDAM"), pleiteado pela Companhia, são mensurados com a redução de 75% da base de cálculo. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de apresentação das demonstrações financeiras e serão reduzidos à medida que sua realização não for mais provável. n) Resultado por ação: O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. A Companhia não possui nenhum instrumento diluidor de seu resultado. o) Demonstrações dos fluxos de caixa: A Companhia optou por classificar os juros pagos e recebidos como fluxo de caixa de financiamento, opção essa prevista nos termos do pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. p) IFRIC 23 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro): Essa interpretação estabelece requisitos de reconhecimento e mensuração em situações em que a Companhia tenha definido durante o processo de apuração dos impostos sobre o lucro (imposto de renda e contribuição social) a utilização de tratamentos fiscais incertos, que podem vir a ser questionados pela autoridade fiscal. Em situações em que determinados tratamentos sejam incertos, a Companhia deve definir a probabilidade de aceitação das autoridades fiscais em relação ao tema e apresentá-las em separado, apurando eventual contingência se concluído que a autoridade fiscal não aceitará tal tratamento. A Administração da Companhia considera os aspectos do IFRIC 23 (ICPC 22) e revisa os julgamentos efetuados na apuração do imposto de renda e contribuição social, concluindo não haver tratamentos incertos utilizados em suas demonstrações financeiras, uma vez que todos os procedimentos adotados para o recolhimento de tributos sobre o lucro estão amparados na legislação aplicável e precedentes judiciais. q) Reforma Tributária: Em decorrência da promulgação da Emenda Constitucional nº 132/2023, o sistema tributário brasileiro passa por um processo estruturante de reforma, com a substituição gradual de tributos incidentes sobre o consumo - como PIS, COFINS, ICMS, ISS e IPI - pelos novos tributos Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), cujas regras de transição, alíquotas, regimes específicos e operacionais ainda dependem de regulamentação por meio de leis complementares e atos infralegais. A implementação da Reforma Tributária ocorrerá de forma faseada ao longo dos próximos exercícios, podendo resultar em impactos relevantes na carga tributária efetiva, na dinâmica de aproveitamento de créditos, nos preços de venda, nos fluxos de caixa, bem como na mensuração de ativos e passivos tributários, incluindo impostos diferidos. Considerando que parte significativa dos efeitos econômico-financeiros da Reforma Tributária ainda depende de definições normativas e operacionais futuras, existe incerteza quanto aos seus impactos finais sobre os resultados, a posição patrimonial e financeira e o desempenho futuro da Companhia. A Administração acompanha continuamente a evolução do processo de regulamentação da Reforma Tributária, avaliando seus potenciais efeitos e adotando as medidas

7. Imobilizado:

	Benefetórias em imóveis de terceiros	Equipamentos de movimen- tação de carga	Imobi- lizações em anda- mento (*)	Equipamen- tos de infor- mática	Máquinas, equipamentos e acessórios	Instalações, móveis e utensílios	Veículos	Direito de uso - de uso - Aluguéis	Direito de uso - contratos de concessão	Outros itens	Total
Taxa média de depreciação (% a.a.)	8	10,5	—	20	10	10	20	75	7,4	10	—
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2024	71.098	76.877	2.743	5.749	1.062	320	—	370	24.756	119	183.094
Movimentações											
Aquisições/transfêrências	196	1.065	76.349	1.047	184	22	604	4.956	2.228	—	86.651
Baixas	—	(870)	(58)	—	—	—	—	—	—	—	(928)
Depreciações	(7.288)	(9.739)	—	(1.765)	(137)	(48)	(10)	(4.865)	(2.642)	(34)	(26.528)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024	64.006	67.333	79.034	5.031	1.109	294	594	461	24.342	85	242.289
Saldo em 31 de dezembro de 2024											
Custo	105.890	96.678	79.034	10.525	5.755	1.151	752	1.843	35.636	209	337.473
Depreciação acumulada	(41.884)	(29.345)	—	(5.494)	(4.646)	(857)	(158)	(1.382)	(11.294)	(124)	(95.184)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2024	64.006	67.333	79.034	5.031	1.109	294	594	461	24.342	85	242.289
Taxa média de depreciação (% a.a.)	8	11,4	—	20	10	10	20	33,5	7,6	10	—
Saldos líquidos em 1º de janeiro de 2025	64.006	67.333	79.034	5.031	1.109	294	594	461	24.342	85	242.289
Movimentações											
Aquisições/transfêrências	4.391	56.552	(28.681)	706	87	87	—	4.328	1.172	242	38.884
Baixas	—	(474)	(36)	—	—	—	—	—	—	—	(510)
Reclassificações(**)	—	—	(6)	—	—	—	—	—	—	—	(6)
Depreciações	(7.397)	(14.141)	—	(1.735)	(161)	(53)	(120)	(2.068)	(2.794)	(38)	(28.507)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2025	61.000	109.270	50.311	4.002	1.035	328	474	2.721	22.720	289	252.150
Saldo em 31 de dezembro de 2025											
Custo	110.280	148.989	50.311	11.231	5.842	1.239	701	6.172	36.807	451	372.023
Depreciação acumulada	(49.280)	(39.719)	—	(7.229)	(4.807)	(911)	(227)	(3.451)	(14.087)	(162)	(119.873)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2025	61.000	109.270	50.311	4.002	1.035	328	474	2.721	22.720	289	252.150

(*) O valor de adições na rubrica "Imobilizações em andamento" está líquido das transferências de R\$50.311 refere-se a investimentos, aplicados principalmente, em equipamentos. (**) Reclassificações, principalmente, entre imobilizado e intangível.

Análise de recuperabilidade de ativo: Em 31 de dezembro de 2025, foi efetuado teste de recuperação da UGC, com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (valor em uso) considerando o orçamento anual para o exercício de 2026 e o planejamento de longo prazo até 2033, elaborado para a Companhia, com as seguintes premissas mais relevantes:

Taxa de crescimento dos próximos 5 anos: 2026 4,32% 2027 4,97% 2028 5,04% 2029 5,10% 2030 5,17%

Tecon Vila do Conde (i) Aumento da adoção de cabotagem no Arco Norte, graças à consolidação do novo marco regulatório setorial (BR do mar) com expectativas de crescimento e maior relação comercial para contêineres de longo curso. • Gestão de custos com foco no crescimento de eficiência e redução dos custos unitários; • Taxa real de desconto aplicada no conceito de fluxo de caixa descontado, tendo o *Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* - EBITDA como fluxo de entrada de recursos e o valor em uso dos bens ao ativo imobilizado e intangível como fluxos de saída de recursos; • Na data-base de 31 de dezembro de 2025 foi tomado o montante dos ativos operacionais, no qual está inserido o valor líquido do direito de exploração.

	31.12.2025	31.12.2024
Taxa de desconto:	7,65%	7,65%
Mantém-se a taxa de desconto utilizada no exercício anterior dado que a Companhia não observou nenhuma alteração significativa do seu custo de capital. O valor recuperável estimado da UGC é superior ao valor dos ativos operacionais, incluindo os ativos divulgados nesta nota explicativa acima, em 31 de dezembro de 2025. A Administração não espera impacto quanto ao valor recuperável, com base nas premissas adotadas/utilizadas para o cálculo. Um aumento (redução) da WACC em 1% resultaria em um aumento (redução) no valor justo da UGC em cerca de 3,9%.		

necessárias para adequação aos novos dispositivos legais, revisando suas estimativas contábeis sempre que aplicável, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil. r) Novos pronunciamentos, interpretações e alterações: **Alterações nas normas de contabilidade:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. • CPC 18 (R3): Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICPG 09: Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial - a atualização do CPC 18 permite a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo mudanças nas normas internacionais. A ICPG 09, que não tinha correspondência direta com normas do IASB, foi atualizada para alinhar sua redação com as mudanças posteriores observadas nos documentos do CPC; e • CPC 02(R2): Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1): Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade - incorpora alterações do IASB relacionadas ao *Lack of Exchangeability*, afetando o Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) e o CPC 37 (R1). As mudanças definem o conceito de moeda conversível e orientam sobre procedimentos para moedas não conversíveis, estabelecendo que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Os pronunciamentos novos ou revisados com validade pela primeira vez nos períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2025 não apresentaram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Novas normas e pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas e não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis combinadas, estão descritas a seguir: • IFRS S1: *General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information* e IFRS S2: *Climate-related Disclosures*. No Brasil, foram endossados pela CVM por meio da Resolução nº 193 emitida em 2023, que estabelece as principais diretrizes a serem observadas na elaboração dos relatórios de sustentabilidade pelas companhias brasileiras; • IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras - substitui o IAS 1 e estabelece novos requisitos para a apresentação das demonstrações financeiras, especialmente na demonstração do resultado do exercício; • IFRS 19: *Subsidiaries Without Public Accountability: Disclosures*: estabelece requisitos de divulgação reduzidos para entidades elegíveis que sejam controladas, não possuam responsabilidade pública e tenham controladora que elabore demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as normas IFRS, mantendo-se os critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação previstos nos demais pronunciamentos. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes e está avaliando a adoção das normas acima. Nesse momento, exceto pela norma S1 S2 e o IFRS 18 que gerarão relatórios e informações adicionais a serem divulgadas ou apresentadas pela administração, a Companhia não espera impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Transações com Partes Relacionadas: a) Ativos e Passivos:

	31.12.2025	31.12.2024
Ativo circulante:		
Contas a receber de clientes - Santos Brasil Participações ⁽ⁱ⁾	—	4.500
Contas a receber de clientes - CMA CGM S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	1.261	—
	1.261	4.500
Passivo circulante:		
Contas correntes - Santos Brasil Participações ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(630)	(531)
	(630)	(531)

A Companhia possui transações com sua controladora indireta e, a partir de 24 de abril de 2025, também com as Companhias do Grupo CMA-CGM, conforme nota explicativa nº 1. ^(iv) A Companhia em 31 de dezembro de 2024, tinha registrado valores referentes a venda de ativo, conforme informado no quadro acima, com ganho de R\$3.629; ^(v) A Companhia presta serviços portuários a CMA CGM, conforme nota explicativa nº 4.b), em condições comerciais acordadas entre as partes. ^(vi) Companhia tinha registrado na rubrica "Outros passivos" valores referentes, principalmente, ao rateio de despesas com serviços administrativos compartilhados.

b) Prestação de serviço portuário: 31.12.2025 31.12.2024

Tacon Vila do Conde para: CMA CGM S.A. 6.935 —

A Companhia possui transações com sua controladora indireta e, a partir de 24 de abril de 2025, também com as Companhias do Grupo CMA-CGM, conforme nota explicativa nº 1. c) **Remuneração do pessoal-chave:** A partir de 2021 os diretores e gerentes passaram a receber Plano de Participação nos Resultados - PPR vinculado a metas. Em 2024, a Companhia estendeu o PPR aos demais colaboradores. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia tinha provisionado o montante de R\$3.114 (R\$835 em 31 de dezembro de 2024). d) **Benefícios a colaboradores:** A Companhia fornece a seus colaboradores benefícios que englobam, basicamente, seguro de vida, assistência médica, cartão-alimentação, vale-refeição, refeições prontas, vale-brinquedo e cesta de Natal. Em 31 de dezembro de 2025, os benefícios supramencionados representaram a despesa de R\$9.712 (R\$9.084 em 31 de dezembro de 2024). e) **Dividendos a pagar:**

	31.12.2025	31.12.2024
Passivo circulante:		
Dividendos a pagar:		
Para Empreendimentos Financeiros S.A.	9.981	5.536

5. Caixa e Equivalentes de Caixa e Outras Aplicações Financeiras:

5. Caixa e Equivalentes de Caixa e Outras Aplicações Financeiras:			
Caixa e equivalentes de caixa:			
	31.12.2025	31.12.2024	
Saldos			
Caixa e bancos	606		722
Aplicações financeiras	32.161		
Total	32.767		722
Natureza das aplicações financeiras			
	Vencimento	31.12.2025	31.12.2024
Certificado de depósito bancário - CDB	2026	32.161	—
As taxas médias das aplicações financeiras estão relacionadas à taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e referem-se às remunerações obtidas no período de janeiro a dezembro de 2025. As aplicações rentabilizaram em 96,50% do CDI ao longo do período findo em dezembro de 2025 (97,00% a 100,75% em 31 de dezembro de 2024). Os saldos de "Caixa e Equivalentes de Caixa" e as "Aplicações Financeiras" são mantidos com bancos que possuem rating entre BB- e AAA, baseado nas agências de rating S&P (Standard & Poor's) e Fitch Ratings.			
6. Contas a Receber de Clientes:			
	Circulante	31.12.2025	31.12.2024
Contas a receber de clientes		25.146	24.998
Contas a receber de clientes a faturar		1.994	1.046
Partes relacionadas (nota explicativa nº 4.a))		1.261	—
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas		(1.041)	(927)
Total		27.360	25.117

O quadro a seguir resume os saldos a receber por vencimento:

	31.12.2025	31.12.2024
Créditos a vencer	25.504	17.467
Créditos em atraso até 60 dias	1.924	7.132
Créditos em atraso de 61 a 90 dias	216	11
Créditos em atraso de 91 a 180 dias	275	491
Créditos em atraso de 181 a 360 dias	42	770
Créditos em atraso há mais de 361 dias	440	173
Total	28.401	26.044
Redução por perda do valor recuperável:		
Saldo em 31.12.2023	683	
Adições (reversões) líquidas	2.358	
Baixas	(2.114)	
Saldo em 31.12.2024	927	
Adições (reversões) líquidas	979	
Baixas	(865)	
Saldo em 31.12.2025	1.041	

Redução por perda do valor recuperável: A provisão para perdas de crédito esperadas é constituída, mediante análise do risco de crédito e do comportamento histórico da inadimplência. Para tanto, são considerados os créditos vencidos e a vencer para cálculo e constituição da provisão. Os quadros a seguir refletem a variação da provisão para perdas de crédito esperadas no resultado: Saldo em 31.12.2023 683 Adições (reversões) líquidas 2.358 Baixas (2.114) Saldo em 31.12.2024 927 Adições (reversões) líquidas 979 Baixas (865) Saldo em 31.12.2025 1.041

	31.12.2025	31.12.2024
Passivo circulante		
Fornecedores	9.929	17.296
10. Provisão para Riscos Tributários, Trabalhistas e Cíveis e Depósitos Judiciais:		
Demandas judiciais	31.12.2025	31.12.2024
Provisão trabalhista (a)	2.434	4.033
Provisão para processo Fator Acidentário de Prevenção - FAP (b)	196	249
Provisão tributária (c)	—	596
Outros processos	112	418
Total	2.742	5.296
Depósitos judiciais	31.12.2025	31.12.2024
Relativos às contingências:		
Processos trabalhistas (a)	674	485
Processo FAP (b)	40	80
Outros depósitos judiciais (d)	536	2.840
Total	1.070	3.405

(a) **Trabalhista:** Referem-se a processos de responsabilidade da Companhia provisionados no montante de R\$2.434 (R\$4.033 em 31 de dezembro de 2024), para os quais existem depósitos judiciais de R\$474 (R\$485 em 31 de dezembro de 2024) e 2 seguros garantindo o montante de R\$1.673 (R\$1.728 em 31 de dezembro de 2024). (b) **Fator Acidentário de Prevenção - FAP:** O provisionamento refere-se às impugnacoes administrativas apresentadas perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em razão da nova sistemática de cálculo da contribuição previdenciária, baseada na criação de índice multiplicador denominado FAP, calculado principalmente com base no número de acidentes do trabalho ocorridos nas empresas e de afastamentos de funcionários em comparação com as empresas que exercem a mesma atividade econômica (Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE). Diante da manutenção da cobrança, foi ajuizada medida cautelar requerendo autorização para o depósito judicial e suspensão da exigibilidade do crédito tributário referente ao FAP do ano 2010. A liminar foi deferida autorizando o depósito integral dos créditos. Em 31 de dezembro 2025 a Companhia efetuou a baixa do depósito judicial no montante de R\$60 (R\$80 em 31 de dezembro de 2024). Os valores depositados judicialmente, vinculados ao Processo nº 0032253-75.2011.4.01.3400, foram convertidos em renda para a União. (c) **Tributária:** Referem-se, a provisão de Contribuição Previdenciária pela Receita Bruta - CPFB sobre operação da folha de pagamento. Em 30 de setembro de 2025 a Companhia efetuou a baixa do depósito judicial no montante de R\$596

(R\$596 em 31 de dezembro de 2024), os quais foram convertidos em renda para a União. (d) **Outros processos:** Referem-se, a processos trabalhistas, no montante de R\$536 (R\$487 em 31 de dezembro de 2024), quanto aos outros depósitos nas esferas tributária e cível, não possuímos saldos em 31 de dezembro de 2025, tendo em vista que foram baixados ao longo do ano, no montante de R\$2.346 (R\$2.346 em 31 de dezembro de 2024), e os bloqueios judiciais foram desbloqueados em dezembro de 2025 (R\$7 em 31 de dezembro de 2024). A movimentação das provisões para contingências, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está demonstrada nos quadros a seguir:

	Provisão trabalhista	Provisão FAP	Provisão tributária	Outros processos	Total
Saldo em 31.12.2023	2.288	234	554	254	3.330
Adições	—	15	42	—	57
Pagamento de condenação	(1.212)	—	—	(42)	(1.254)
Outras movimentações (*)	2.957	—	—	206	3.163
Saldo em 31.12.2024	4.033	249	596	418	5.2

CONVICON - CONTÊINERES DE VILA DO CONDE S.A.

(Companhia fechada) CNPJ nº 06.013.760/0001-10

→ continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2025

14. Despesas Operacionais por Natureza:	31.12.2025	31.12.2024
Mão de obra avulsa	(5.871)	(3.371)
Taxas - Companhia Docas	(5.689)	(4.655)
Energia elétrica	(1.557)	(1.441)
Combustíveis e lubrificantes	(6.500)	(7.946)
Frete	(7.417)	(2.372)
Despesas com pessoal	(57.186)	(55.295)
Locação de equipamentos	(2.037)	(7.312)
Consultoria, assessoria e auditoria	(4.465)	(2.175)
Manutenção operacional	(9.935)	(10.249)
Outros serviços	(5.454)	(4.975)
Depreciação e amortização	(28.746)	(26.801)
Provisão para perdas de crédito esperadas e perdas de créditos incobráveis	(415)	(1.269)
Despesas compartilhadas	(6.487)	(6.754)
Outras despesas	(8.866)	(8.423)
Total	<u>(150.625)</u>	<u>(143.038)</u>
Classificadas como:		
Custo dos bens e/ou serviços prestados	(138.245)	(131.406)
Despesas com vendas	(1.798)	(1.493)
Provisão para perdas de crédito esperadas e perdas de créditos incobráveis	(415)	(1.269)
Despesas gerais e administrativas	(10.167)	(8.870)
Total	<u>(150.625)</u>	<u>(143.038)</u>
15. Receitas (Despesas) Financeiras:	31.12.2025	31.12.2024
Receitas financeiras:		
Rendimento de aplicações financeiras	1.458	1.220
Variações monetárias e cambiais ativas	3.939	4.564
Valor justo da operação de Swap	2.373	410
Correção impostos a recuperar	3.463	182
Juros	211	206
Outras receitas	268	202
Total	<u>11.712</u>	<u>6.784</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures e empréstimos	(2.122)	(2.363)
Despesas bancárias	(111)	(153)
Variações monetárias e cambiais passivas	(7.016)	(6.773)
Valor justo da operação de Swap	(2.319)	(3.458)
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF sobre operações administrativas	(15)	(18)
Juros sobre arrendamento mercantil	(3.524)	(3.353)
(-) Crédito PIS/COFINS sobre juros CPC 06	251	232
Outras despesas	(985)	(1.457)
Total	<u>(15.841)</u>	<u>(17.343)</u>
16. Imposto de Renda e Contribuição Social: a) Conciliação do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL) - correntes e diferidos: A conciliação do IRPJ e da CSLL apropriados ao resultado é demonstrada a seguir:		
Lucro antes da tributação	50.483	25.704
I - Valor base - IRPJ e CSLL:	(17.140)	(8.715)
Alíquotas nominais de 15% IRPJ e de 9% CSLL	(12.116)	(6.169)
Alíquota adicional de 10% IRPJ com dedução de R\$240	(5.024)	(2.546)
II - Efeitos das adições e exclusões permanentes de despesas e receitas	92	(296)
Adições permanentes:		
Contribuições a entidades de classe	(446)	(271)
Perda na baixa de imobilizado	(55)	(40)

18. Passivos Atuariais - Assistência Médica Complementar: Referem-se à provisão para assistência médica complementar, que reflete os custos dos planos de saúde aos empregados e diretores estatutários que farão jus ao benefício em período pós-emprego, conforme a Lei nº 9.656/98 e o pronunciamento técnico CPC 33 (R1), determinado com base em estudo atuarial. Os cálculos atuariais, efetuados sob a responsabilidade de atuário independente Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda., tiveram como premissas básicas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Hipóteses	31.12.2025	31.12.2024
Hipóteses econômicas:		
Taxa de Desconto	7,16%	7,44%
Inflação Econômica	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Inflação Médica ("HCCTR")	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Fator Idade ("Aging Factor")	3,50% a.a.	3,50% a.a.
Evolução do Custo Médico	Inflação Econômica + Inflação Médica + Fator Idade	Inflação Econômica + Inflação Médica + Fator Idade
Evolução da Contribuição	Inflação Econômica + Inflação Médica	Inflação Econômica + Inflação Médica
Hipóteses biométricas:		
Tábua de Mortalidade	AT-2000, segregada por sexo	AT-2000, segregada por sexo
Rotatividade	10% (Santos Brasil Logística S.A.) e 5% (Demais empresas)	10% (Santos Brasil Logística S.A.) e 5% (Demais empresas)
Idade de Entrada em Aposentadoria	Homem: 65 anos Mulher: 62 anos	Homem: 65 anos Mulher: 62 anos
Hipóteses de Aposentadoria	100% na primeira elegibilidade	100% na primeira elegibilidade
Permanência na Aposentadoria	36,55%	36,77%
Outras hipóteses		
Composição Familiar	Participantes Ativos 90,00% Casados Diferença de Idade Titular: Masculino - 3 anos mais novo e Feminino - 3 anos mais velho	Participantes Ativos 90,00% Casados Diferença de Idade Titular: Masculino - 3 anos mais novo e Feminino - 3 anos mais velho

Com base nos relatórios do atuário independente elaborados, os quais contêm os valores de despesas projetadas, a Companhia registrou provisões proporcionais para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024:

	31.12.2025	31.12.2024
Valor presente das obrigações atuariais	61	62
Perdas atuariais calculadas	455	431
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado	516	493
31.12.2025	31.12.2024	
Saldo Inicial	493	511
Custo do serviço	24	27
Juros sobre a obrigação	52	44
Benefícios pagos no ano (-)	(15)	(9)
(Ganho)/Perda atuarial sobre as obrigações de benefício definido	(38)	(80)
Saldo Final	516	493
(Ganho)/Perda atuarial sobre as obrigações de benefício definido	(38)	(80)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre (Ganho)/Perda	13	27
Efeito no patrimônio líquido	(25)	(53)
<u>Análise de sensibilidade do passivo atuarial</u>		
<u>Efeitos</u>		
31.12.2025	31.12.2024	
Taxa de desconto -0,5% sobre a taxa nominal	539	519
Taxa de desconto +0,5% sobre a taxa nominal	447	421
Tábua de mortalidade -10%	513	491
Tábua de mortalidade +10%	471	445
Custos médicos +1,0% sobre a taxa real de crescimento	597	583
Custos médicos -1,0% sobre a taxa real de crescimento	405	376

19. Instrumentos Financeiros: Esses instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.), a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. O controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus as condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia. Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequadas. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os respectivos custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Identificação	Valor nominal	Vencimento	Finalidade
BR Partners	60.037	Nov/2031	Associado à IPCA

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas e administradores da Convicon - Contêineres de Vila do Conde S.A. Barcarena - PA. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Convicon - Contêineres de Vila do Conde S.A., ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Reconhecimento de receita: A Companhia tem, substancialmente, receitas de serviços proveniente de operações de cais, armazenagem alfandegada e operações logísticas, cuja transferência do serviço ocorre à medida que a Companhia presta o respectivo serviço contratado e o cliente se beneficia dele. A cada fechamento contábil, a Companhia estimam e registram as receitas cuja transferência do serviço já tenha ocorrido (por competência), mas não tenham sido faturadas, baseadas em critérios definidos que levam em consideração os últimos anos de faturamento, multiplicados pela receita diária (tempo do serviço prestado) os quais envolvem julgamento da Administração. O critério de reconhecimento de receita e montante reconhecido (total da receita) estão divulgados na nota explicativa 3.b. Devido à relevância dos valores envolvidos, bem como a complexidade do processo necessário para a determinação e registro parcial das receitas destes serviços,

	31.12.2025	31.12.2024
Outras	(113)	(46)
Exclusões permanentes:		
Correção impostos - SELIC	706	61
III - Efeitos dos incentivos fiscais:	8.592	6.614
Incentivos fiscais	8.592	6.614
IV - Taxa efetiva:		
IRPJ e CSLL ajustados (I + II + III)	(8.456)	(2.397)
Alíquota efetiva	16,8%	9,3%
Efeitos do IRPJ e CSLL no resultado	(8.456)	(2.397)
IRPJ e CSLL - correntes	(7.996)	(4.893)
IRPJ e CSLL - diferidos	(460)	2.496
Total	<u>8.456</u>	<u>(2.397)</u>

b) Composição dos ativos e passivos fiscais diferidos:

	31.12.2025			31.12.2024		
Ativo (passivo)	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Diferenças temporárias:						
Provisão para perdas de crédito esperadas	260	94	354	232	83	315
Provisão para contingências	685	247	932	1.174	422	1.596
Depreciação	(1.186)	(427)	(1.613)	(957)	(345)	(1.302)
Arrendamento mercantil	1.374	494	1.868	1.202	433	1.635
Direito de uso	36	13	49	6	2	8
Outros	392	140	532	252	92	344
Perdas atuariais	(559)	(201)	(760)	(550)	(198)	(748)
Total	1.002	360	1.362	1.359	489	1.848

Até 31 de dezembro de 2025, os créditos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias são aplicáveis à Companhia. c) Implementação global das regras do modelo "Pilar Dois" da OCDE: Em 23 de maio de 2023, o International Accounting Standards Board emitiu a Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois - Alterações à IAS 12 (equivalente ao CPC 32), que esclarecem que a IAS 12 (CPC 32) é aplicável aos impostos sobre a renda decorrentes da legislação tributária promulgada ou substancialmente promulgada para implementar as regras modelo do Pilar Dois publicadas pela OCDE, incluindo legislação tributária que implemente os Impostos Mínimos de Complementação Doméstica Qualificados. No Brasil, a regulamentação do Pilar Dois em 2024 incorporou as regras de Safe Harbor, aplicáveis durante o período de transição (2025 e 2026), com o objetivo de simplificar a aplicação da alíquota mínima de 15% (Adicional da CSLL). A Companhia enquadrou-se nessas regras e, portanto, não houve impacto em sua tributação. Nas jurisdições em que a Companhia opera e que já regulamentaram o Pilar Dois, foram adotadas regras de Safe Harbor às quais a Companhia se enquadrou, não se verificando, até a presente data, quaisquer efeitos tributários a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras relacionados a esse tema. 17. Resultado por Ação: Resultado básico e diluído por ação: O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 e na respectiva quantidade de ações ordinárias e preferenciais em circulação nesses exercícios, conforme o quadro a seguir:

	31.12.2025			31.12.2024		
	Ordinárias	Prefe-renciais	Total	Ordinárias	Prefe-renciais	Total
Lucro líquido do exercício	21.014	21.013	42.027	11.653	11.653	23.306
Quantidades de ações	61.346.793	61.346.792	122.693.585	45.034.292	45.034.292	90.068.584
Resultado por ação básico e diluído	0,34254	0,34254	0,34254	0,25877	0,25877	0,25877
O lucro diluído por ação é calculado considerando os instrumentos que possam ter potencial efeito dilutivo no futuro.						

Lucro líquido do exercício	21.014	21.013	42.027	11.653	11.653	23.306
Quantidades de ações	61.346.793	61.346.792	122.693.585	45.034.292	45.034.292	90.068.584
Resultado por ação básico e diluído	0,34254	0,34254	0,34254	0,25877	0,25877	0,25877
O lucro diluído por ação é calculado considerando os instrumentos que possam ter potencial efeito dilutivo no futuro.						

a) Classificação dos instrumentos financeiros:

		31.12.2025		31.12.2024	
	Nível de hierarquia	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo:					
Caixa e bancos	-	606	606	722	722
		606	606	722	722
Mensurados pelo custo amortizado:					
Contas a receber	2	27.360	27.360	25.117	25.117
		27.360	27.360	25.117	25.117
Valor justo por meio do resultado:					
Aplicações Financeiras	2	32.161	32.161	-	-
		32.161	32.161	-	-
Passivo:					
Mensurados pelo custo amortizado:					
Debêntures	2	41.428	37.960	46.222	41.354
Fornecedores	2	9.929	9.929	17.296	17.296
Dividendos a pagar	2	9.981	9.981	5.536	5.536
		61.338	57.870	69.054	64.186
Valor justo por meio do resultado:					
Swap	2	2.641	2.641	1.654	1.654
		2.641	2.641	1.654	1.654

Valor justo: Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Administração estabeleceu o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e o modelo de precificação de swap que faz o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam com o mínimo possível de informações geradas pela Administração da própria Companhia. O valor justo desses derivativos quando aplicável é obtido por modelo de fluxos de caixa futuros, de acordo com as taxas contratuais, descontados para valor presente utilizando as taxas de mercado. As informações utilizadas para as projeções são divulgadas pela B3 - Brasil Bolsa Balcão, BC - Banco Central do Brasil, ANBIMA, entre outros. Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteção das oscilações de passivos de curto e longo prazo, denominados em moeda estrangeira e/ou indexados ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA relativos a empréstimos e financiamentos e Debêntures. Tais operações não são utilizadas para fins especulativos. O quadro a seguir mostra todas as operações com instrumentos financeiros derivativos existentes ou que tenham produzido efeitos financeiros. A coluna "Recebimentos/Pagamentos" mostra os valores recebidos/pagos por liquidações efetuadas ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, e a coluna "Receita/Despesa" mostra o efeito reconhecido no resultado financeiro, associado às liquidações e à variação de valor justo dos derivativos nesse exercício:

	Recebimento (pagamento)	Receita (despesa)	Valor justo		Ponta ativa	Ponta passiva
			Dez./2025	Dez./2024		
PCA	(2.010)	(1.077)	2.641	1.654	IPCA + 4,20%	CDI - 1,12% a.a.

conforme mencionado acima, a receita de prestação de serviços pode estar suscetível a erros nos valores ou ser reconhecida na competência incorreta. Como nossa auditoria endereçou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho dos controles implementados pela Administração para o processo de reconhecimento das receitas; (ii) execução de testes de auditoria com o intuito de avaliar a integridade das bases de dados (relatórios) geradas pelos sistemas de TI envolvidos no processo de reconhecimento de receita; (iii) Para uma amostra de navios que estavam ainda atracados na data do encerramento do exercício, confrontamos estas informações com dados obtidos de fontes externas; (iv) comparação do valor médio da receita diária utilizada na estimativa calculada pela Companhia com o valor médio da receita faturada de uma amostra de notas fiscais emitidas subsequentemente em 2026 e relacionadas aos serviços prestados; (v) avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes, em especial, a divulgação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas com relação ao reconhecimento e corte de receita. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos aceitáveis as políticas de reconhecimento de receita da Companhia derivadas dos seus serviços prestados para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos

b) Risco de mercado: As políticas da Companhia relativas à gestão de riscos de mercado incluem, entre outras, o desenvolvimento de estudos e análises econômico-financeiras que avaliam o impacto de diferentes cenários nas posições de mercado e relatórios que monitoram os riscos a que a Companhia está sujeita. Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações devido aos efeitos da volatilidade da taxa de juros sobre o valor de suas participações em instrumentos financeiros. A Companhia mantém constante mapeamento de riscos, ameaças e oportunidades, com base na projeção dos cenários e seus impactos nos resultados. Adicionalmente, também são analisados quaisquer outros fatores de risco e a possibilidade da realização de operações para proteção contra eles. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía financiamentos denominados em moeda estrangeira. Exposição de juros e análise de sensibilidade: A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e prefixadas. Essas contratações estão expostas ao risco de flutuações na taxa de juros em função da parte passiva das operações de dívidas referenciadas em IPCA. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexado ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros. A parte passiva das obrigações com arrendamento mercantil está exposta ao risco de flutuação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. Os saldos que estão expostos à volatilidade das taxas de juros praticadas estão sendo apresentados no quadro Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros. Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros: Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável a taxa divulgada pela B3 das operações de dívidas referenciadas em IPCA e os índices acumulados dos últimos 12 meses para os passivos atrelados ao IPCA e IGP-M. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável.

Operação	Risco	Taxa	Exposição	Cenário provável I	Cenário II (+25%)	Cenário III (+50%)	Cenário IV (-25%)	Cenário V (-50%)
Saldos patrimoniais								
Ativos financeiros:								
Aplicações financeiras	CDI	14,90%	32.161	4.792	5.990	7.188	3.594	2.396
Swap	CDI	14,90%	2.641	394	492	590	295	197
Passivos financeiros:								
Debêntures	IPCA	4,83%	41.428	1.765	2.206	2.647	1.324	882
Arrendamento mercantil	IGP-M	-1,05%	2.865	(30)	(38)	(45)	(23)	(15)
Arrendamento mercantil	IPCA	4,83%	28.214	1.202	1.502	1.803	901	601
Dívida líquida			37.705	(2.249)	(2.812)	(3.373)	(1.687)	(1.125)
c) Risco de crédito: A provisão para perdas de crédito esperadas, em 31 de dezembro de 2024, era de R\$927, representando 3,56% do saldo de contas a receber em aberto. Em 31 de dezembro de 2025, essa provisão era de R\$1.041, equivalente a 3,67%. Visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, a Administração procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.								

	31.12.2025	31.12.2024
Ativo:		
Caixa e equivalentes de caixa	32.767	722
Contas a receber	27.360	25.117
Total	60.127	25.839
d) <u>Risco de liquidez</u> : A Administração julga que a Companhia não tem risco de liquidez, considerando a sua capacidade de geração de caixa e a sua estrutura de capital com baixa participação de capital de terceiros. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos, a fim de reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia.		

	Saldo contábil	Fluxo	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 30 anos
Passivo	31.12.2025	31.12.2024				
Debêntures	41.428	51.324	8.820	17.372	16.887	8.245
Fornecedores	9.929	9.929	9.929	-	-	-
Dividendos a pagar	9.981	9.981	9.981	-	-	-
Arrendamento mercantil	28.214	42.093	5.431	10.862	10.862	14.938
Total	89.552	113.327	34.161	28.234	27.749	23.183
e) Gestão de capital: A política da Administração do Grupo Santos Brasil é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do credor e do mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno sobre o capital aplicado e o nível de dividendos para acionistas ordinários e preferenciais, procurando manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. O objetivo é atingir um retorno compatível com o seu custo de capital revisado anualmente por meio do conceito do Custo Médio Ponderado de Capital ("Weighted Average Cost of Capital - WACC"). A dívida em relação ao capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 está apresentada a seguir:						

	31.12.2025	31.12.2024
Total dos passivos circulante e não circulante	107.863	112.740
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(32.767)	(722)
Dívida líquida	75.096	112.018
Total do patrimônio líquido	223.321	176.250
Relação dívida líquida sobre o patrimônio líquido	0,33627	0,63556
20. Efeitos Não Caixa: Efeitos nas demonstrações em referência que não afetaram o caixa nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, caso a operação tivesse afetado o caixa seria apresentada na rubrica do fluxo de caixa abaixo:		
	31.12.2025	31.12.2024
(Aumento) do imobilizado do arrendamento mercantil	(5.500)	(7.183)
Transações das atividades de investimentos	(5.500)	(7.183)
21. Cobertura de Seguros: Os seguros listados na tabela abaixo cobrem principalmente eventos de: responsabilidade civil, bens móveis e imóveis, responsabilidade civil de empregado (RCE), perda de receita por bloqueio de berço e canal, danos elétricos, transporte de passageiros e embarcações e danos aos cascos de embarcações.		

Convicon 27-03 pdf

Código do documento fda9e7a5-0148-42a0-9453-82636e683fd0



Assinaturas



Antonio Erbeth
antonio.erbeth@oliberal.com.br
Assinou



Eventos do documento

27 Mar 2026, 07:38:21

Documento fda9e7a5-0148-42a0-9453-82636e683fd0 **criado** por ANTONIO ERBETH (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd). Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br. - DATE_ATOM: 2026-03-27T07:38:21-03:00

27 Mar 2026, 07:38:43

Assinaturas **iniciadas** por ANTONIO ERBETH (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd). Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br. - DATE_ATOM: 2026-03-27T07:38:43-03:00

27 Mar 2026, 07:38:52

ANTONIO ERBETH **Assinou** (e0a13cc6-d674-4672-aa0d-3991d6d2bbfd) - Email: antonio.erbeth@oliberal.com.br - IP: 177.105.192.2 (blockbit-utm.libnet.com.br porta: 2530) - Documento de identificação informado: 571.969.823-04 - DATE_ATOM: 2026-03-27T07:38:52-03:00

Hash do documento original

(SHA256):db89b6a3c32c9f98f8eadbda86ca5ce1a5a4d3af1946bff5ef12e13ae10f9c7

(SHA512):128d6315f70f71634eb321cd7746e1a9e91b21600c6a8a545cf84d359e83df097005a807ece4d6e39df95f3ddd3ec29b486814ae2551e82177d28670d39b9252

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.